

# Liberalismo e Nacionalismo na primeira metade do séc. XIX

*Durante a primeira metade do séc. XIX, estabeleceu-se entre liberalismo e nacionalismo uma conexão tão íntima, que se diria serem o verso e o reverso da mesma medalha, e até às revoluções de 1848 a ninguém ocorreu que entre os dois ideais se pudesse gerar tensão ou contradição. Mas o fracasso dessas revoluções, em parte motivado pelo egoísmo nacionalista dos diversos movimentos nacionais que então ocuparam a cena europeia, pôs a descoberto um dilema onde antes se supunha haver dois ideais historicamente geminados. Com efeito, o período de 1848-1851 assinala o início de um divórcio entre os direitos da liberdade e as exigências da nação.*

STE divórcio, que então se esboçou, viria a culminar no nacionalismo nazi, que liquidou violentamente toda a ideia de liberdade em nome de uma nação definida como raça. Já em 1848-1851, salienta L. Namier, o ardor liberal se eclipsou perante o apelo mais fascinante do nacionalismo. Afinal, a geminação dos dois ideais, produzida pela revolução francesa de 1789, constituía um equívoco que a história se encarregaria brutalmente de desfazer. Como se gerou ele?

## **A gênese do nacionalismo moderno**

1. O nacionalismo moderno nasceu como produto do romantismo político, para o qual «a vida política da na-

**Maria de Fátima Bonifácio**  
Instituto de Ciências Sociais/FCSH  
da Universidade Nova de Lisboa

ção» era concebida «como a expressão de uma vontade colectiva» (I. Berlin) moldada pela vida espiritual de um povo particular. À semelhança do que se passava com o foro interior do homem romântico, também a vida dos organismos sociais não era susceptível de ser julgada ou avaliada pelos critérios racionais e objectivos que o iluminismo aplicava à consideração da realidade material ou moral. O *Volksgeist* (o espírito do povo) era uma experiência única e apreensível apenas por aqueles mesmos que a partilhavam em virtude de uma comunidade de memórias, costumes, hábitos e afectos, e que se traduzia na maneira de ser singular e original de cada povo, quotidianamente actualizada pelos seus comportamentos, pelas suas aspirações e pelas suas criações específicas. Ao universalismo iluminista dos franceses, o romantismo alemão opunha a irredutível diversidade e a particularidade dos povos. No caso do alemão – para o qual a doutrina fora concebida – a dispersão geográfica e a divisão política que o desuniam eram superadas a um nível de unificação superior, o *Volksgeist*, sustentado pelo *Hochdeutsch* (alto-alemão), uma língua literária e erudita que os poetas alemães, de Klopstock a Herder, deliberadamente moldaram, aperfeiçoaram e enriqueceram.

2. Ora, isto, que era uma ideologia das elites alemãs, veio a ser transformado, pela revolução francesa de 1789, numa ideologia de massas, que depois se converteu em poderosa e permanente inspiração revolucionária





ria na Europa. Dali em diante, onde quer que existissem forças nacionalistas organizadas, a velha ordem de antigo regime, dinástica e autocrática, estava ameaçada. Ao proclamar a soberania nacional, e ao derivar dela todo o poder legítimo, a revolução francesa definiu a nação como sendo constituída pelo povo francês, e definiu este como aquele povo que estava contido dentro das fronteiras geográficas da França. Deste modo, a revolução francesa acrescentou à nação, para além da dimensão histórica e eventualmente étnica ou religiosa, para além da dimensão cultural e nomeadamente linguística, uma dimensão *geopolítica*. Por outras palavras: reivindicou para ela território e poder, ou seja, um Estado com jurisdição sobre os habitantes de um espaço com fronteiras estabelecidas, e reconhecidas. É, pois, no momento em que se implanta o liberalismo – enquanto sistema político representativo dos cidadãos por ele abrangidos – que também a nação cobra existência real *como entidade política* e, portanto, como algo mais do que uma entidade histórico-cultural vivida na imaginação nostálgica de intelectuais românticos. A revolução francesa fundou um estado liberal, e criou, do mesmo passo, um estado nacional. Em si mesmo, este não era uma novidade histórica. A Inglaterra ou Portugal, a própria França, por exemplo, eram desta espécie. Mas, retrospectivamente, a França dos Bourbons não era vista como uma nação: era vista como o património familiar de uma dinastia reinante. O

ineditismo do Estado-nação-liberal francês de 1789 residiu em que foi fundado – ou refundado – revolucionariamente: resultou dos mesmos factos e acontecimentos revolucionários que produziram a libertação do povo francês, entendida como a assunção da soberania exercida através de instituições representativas. A revolução francesa proclamou o direito de os povos sucederem na herança dos seus reis, deste modo identificando a emancipação nacional com a libertação política do povo. À nação como entidade geopolítica somou-se o autogoverno: 1789 irmanou a nação com a liberdade; o nacionalismo com o liberalismo. 1848 voltou a separar os dois termos do binómio.

3. O problema estava em que, se a mensagem da revolução francesa era universal; se o próprio modelo insurreccional era exportável, já o exemplo histórico concreto que ela dera não era copiável. Foram precisamente as circunstâncias históricas particulares da França que permitiram ocultar ou suprimir as tensões ou, até, as contradições virtuais entre liberalismo e nacionalismo. Em 1861, John Stuart Mill apontava com clareza o problema que poderia ter sido detectado logo durante a revolução: «Em geral, uma das condições necessárias das instituições livres reside na coincidência genérica entre as fronteiras dos governos e as fronteiras das nacionalidades.» E acrescentava que o estabelecimento de um regime liberal era particularmente difícil.

A revolução de 1848 em Berlim. A propaganda nacionalista da última grande vaga revolucionária europeia contagiou o espaço germânico, finalmente unificado na nação alemã, em 1870, por intermédio do chanceler Bismarck



É, pois, no momento em que se implanta o liberalismo – enquanto sistema político representativo dos cidadãos por ele abrangidos – que também a nação cobra existência real como *entidade política* e, portanto, como algo mais do que uma entidade histórico-cultural vivida na imaginação nostálgica de intelectuais românticos.

senão impossível, no caso de coexistirem, no território sob um mesmo governo, diferentes povos que não falassem nem escrevessem uma língua comum. Podia haver dialectos; mas era indispensável que existisse, para além dos vários dialectos locais ou regionais, uma única língua literária e oficial.

Ora, acontece que a nação francesa era consideravelmente homogénea, contida dentro de fronteiras razoavelmente estáveis e de há longa data fixadas, e que o francês era a língua erudita, literária e oficial, geral e incontestadamente aceite. Dois séculos de absolutismo, malgrado a persistência de toda a espécie de particularismos e localismos típicos de antigo regime, tinham estendido a autoridade do Estado a todo o território e a todas as esferas da vida das populações, desde o serviço militar ao pagamento de impostos, passando pela justiça e pela administração. A monarquia absoluta tinha fixado fronteiras e estabelecido o controlo do Estado sobre a população e o território debaixo da sua jurisdição, levando Tocqueville a escrever que a revolução se limitara a prolongar e aprofundar a obra de centralização política e homogeneização social que vinha de trás. No século XVIII já o Estado se convertera, na expressão de Tocqueville, na «única alavanca da máquina social, no agente único e necessário da vida pública». Quer dizer: em França, Estado e nação eram co-extensivos, e por isso casaram naturalmente quando chegou a altura de serem liberalmente definidos.

#### A dimensão estatista do nacionalismo

4. Berlin entende o nacionalismo moderno como uma doutrina consciente de valorização e auto-afirmação nacional tornada possível em virtude da existência de uma vontade colectiva. Este entendimento não torna explícita a dimensão estatista do nacionalismo. Se o sentimento nacional pode resultar da mera consciência de pertença a uma determinada comunidade, já o nacionalismo, sendo mais do que um estado afectivo pacífico ou neutro, implica, como salienta Gellner, a reivindicação de um Estado que proteja toda a nação, garantindo a sua independência e segurança, e que, portanto, coincida com os limites dela. Isto não quer dizer que as nações não possam ser produzidas pelos Estados; quer dizer que as nações não podem passar sem eles. «Uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio» (Weber). O nacionalismo surgido na Europa na primeira metade do séc. XIX reivindicava o direito de as nações – definidas segundo critérios históricos, religiosos, étnicos ou linguísticos – se constituírem em Estados soberanos e independentes. Com esta reivindicação, os Estados-nação potenciais entraram em rota de colisão uns com os outros.

5. Como se sabe, foi em nome da libertação dos povos que a França conquistou a Europa. Depois, a derrota e a abdicação finais de Napoleão não dissiparam o mito da missão libertadora da França. Por toda a parte, os liberais que aspiravam a libertar os povos ou as nações do poder absoluto dos reis e, indissociavelmente, da dominação estrangeira, continuaram a olhar para a França, e mais precisamente para Paris, como uma espécie de farol da revolução. Até 1830, esta era vista como um movimento único e uno. A unidade do campo revolucionário era uma consequência da unidade atribuída ao campo reaccionário, simbolizado pelo tratado de Viena de 1815 e personificado pelo chanceler austríaco Metternich. Parecia, depois do Congresso de Viena, que toda a Europa fora novamente submergida num mar de absolutismo. A Inglaterra, exterior ao continente, não contava como excepção. E quanto à França, se aqui não se verificara uma restauração pura e simples do absolutismo, dera-se uma restauração anti-revolucionária dos Bourbons. De resto, toda a ordem europeia desenhada em Viena parecia, e era de facto, concebida para manter a França vencida e, por extensão, para sufocar a ameaça revolucionária contida nas forças do liberalismo e do nacionalismo.

Até 1830 prevaleceu na Europa um internacionalismo revolucionário francocêntrico, o que correspondia à clara hegemonia das forças conservadoras no continente. A situação mudou com as revoluções de 1830, nomeadamente com a revolução de Julho em França, com a criação da monarquia constitucional belga em 1832, e, a partir de 1833-1834, com a vitória do liberalismo em Espanha e em Portugal. A partir de 1830, a Europa dividiu-se em dois campos hostis: o campo constitucional no Ocidente, tutelado pela Inglaterra e pela França; e o campo autocrático no Oriente, tutelado pela Rússia e pela Áustria. Este facto, aliado a factores de ordem económica e social relacionados com a modernização e a industrialização, levou a que o liberal-nacionalismo europeu se reorganizasse em função dos diversos quadros nacionais. A revolução segmentou-se verticalmente. Esbateu-se, embora sem desaparecer completamente, a tradição francocêntrica. Cada uma daquelas que se consideravam «nações históricas» e eram reconhecidas como tal – a Polónia, a Alemanha, a Hungria e a Itália – descobriu-se portadora de uma missão especial na cruzada pela libertação dos povos. A cisão nacional da revolução dá-se, pois, muito antes de 1848.

#### 1848: o antagonismo entre “nações históricas e nações não históricas”

6. Mas é a partir de 1848 que o nacionalismo revela a sua natureza intrinsecamente exclusivista e potencialmente agressiva. Quem primeiro a revelou foram os «naciona-





históricas», as sintomaticamente chamadas *master races*, todas elas possuidoras de passado histórico, de literatura escrita, de uma língua erudita e de uma classe intelectual própria. Todas elas estavam convencidas da sua superioridade, que a França e a Itália fundavam na excelência das suas culturas, e os polacos e os magiares, nos seus pergaminhos de classe. A que revelou mais propensão exclusiva e maior potencial agressivo foi a «nação» alemã, a única que se reclamava de um fundamento linguístico. Verdadeiramente, ainda não existia como tal, dadas as divisões políticas e geográficas que a mantinham dispersa por vários cantos da Europa. No Parlamento de Francoforte, inaugurado em 18 de Maio de 1848, os seus representantes eleitos deram-se precisamente o objectivo de reuni-la debaixo da autoridade de um só Estado alemão. Pensado inicialmente como um Estado liberal, depressa se abdicou desta ideia para reclamar que fosse sobretudo um Estado forte, a fim de vencer a resistência das minorias nacionais que teriam de ser sacrificadas ao ideal da unificação alemã. Esta esbarrou, com efeito, no inesperado aparecimento em cena do nacionalismo eslavo ou, mais correctamente, dos nacionalismos dos diversos povos eslavos que viviam no império austríaco e no império turco, ou seja, em toda a Europa Central e Oriental: checos, eslovacos, sérvios, croatas, eslovenos. E havia ainda outros povos não eslavos, como os romenos, os rutenos, os judeus e outras minorias.

9. Mas 1848 não revelou apenas o antagonismo entre «nações históricas» e «nações não históricas». Revelou que «povo», «nação», no império austríaco, era uma categoria eminentemente classista. Os húngaros — os magiares — eram, afinal, a nobreza fundiária da Hungria, cortada dos camponeses eslavos que a alimentavam com os seus tributos. Os alemães, no império austríaco, eram os capitalistas urbanos, a burocracia imperial e alguns terratenentes. Os croatas eram os terratenentes croatas (aliás, de proveniência húngara). Quer dizer, no império

austríaco, uma gigantesca aglutinação de nacionalidades, a nacionalidade das classes dominantes nem sempre coincidia com a das massas dominadas, uma circunstância que muito contribuiu para atralhar os projectos das chamadas *master races*. Estas, as «nações históricas», poderiam ter dividido o império entre si, pois as suas reivindicações territoriais não eram concorrentes; poderiam ter dado lugar a uma Polónia, uma Hungria, uma Itália e uma Grande Alemanha que incluísse a Áustria. Só que tinham para vencer a resistência das minorias étnicas ou religiosas no interior dos territórios que lhes julgavam destinados. E, em flagrante contradição com o ideal nacionalista que perfilhavam, as aspirações nacionais dessas minorias não lhes mereciam qualquer espécie de contemplação. O problema pôs-se na Hungria de Kossuth, onde os magiares pretendiam estabelecer o seu exclusivo domínio sobre uma população rural maioritariamente eslava e romena; pôs-se na Polónia, onde as pretensões dominadoras dos terratenentes embatiam na existência de numerosos alemães, que se queriam ligar a uma futura Alemanha, e supunham a submissão dos camponeses ucranianos; e pôs-se com não menos acuidade no caso dos alemães da Áustria propriamente dita, ou seja, da parte mais germanizada do império. Os alemães austríacos viviam divididos entre a fidelidade à dinastia Habsburgo, que os levava a preferir a constituição de uma Grande Áustria, e a fidelidade à Grande Alemanha com que sonhavam os representantes da nação alemã reunidos no Parlamento de Francoforte.

10. Por seu lado, os diversos povos eslavos logo viram que o império austríaco, uma vez que fosse reformado segundo o princípio constitucional e transformado numa federação, ainda seria o melhor escudo contra as pretensões hegemónicas das «nações históricas». Foi este projecto que deu corpo ao pan-eslavismo que entrou em cena em 1848: o projecto de conquistar larga autonomia nacional no quadro de um império federal e liberalizado.

**O desembarque** das tropas liberais no Mindelo, em Julho de 1832 (gravura do Arquivo Histórico-Militar). Episódio central e simbólico da luta entre o Portugal velho do absolutismo e o Portugal novo do liberalismo, o desembarque no Mindelo assinalou o verdadeiro início da Guerra Civil, que culminaria em 1834 com o triunfo dos liberais





**As barricadas nas ruas** de Paris durante a revolução de 1848. A efêmera República francesa criada pela "Primavera dos Povos" não tardaria a dar lugar ao II Império napoleônico, encerrando o ciclo de agitação nacionalista iniciado em 1789

Movidos por esta ideia, os representantes eslavos reuniram-se em Praga, na Boémia, em 2 de Junho de 1848. O congresso durou pouco, pois foi dissolvido pelas tropas imperiais, que, comandadas pelo general austríaco Windischgraetz, bombardearam a cidade em 17 de Junho. Mas sobre as possibilidades de êxito da criação de uma grande nação eslava basta dizer que não chegou a haver acordo sobre quais os eslavos que deveriam ser convidados para ali se fazerem representar: os que viviam dentro do império, ou estes e todos os outros, incluindo os que viviam no império turco? A própria ideia de uma nação eslava revelou-se uma miragem. Não havia uma língua eslava: havia o checo, o croata, o eslovaco, o sérvio, e por aí fora. Qual delas seria a língua oficial do congresso? Esta simples questão preliminar ainda não tinha sido resolvida quando as tropas austríacas chegaram. Tudo indicando que nunca seria resolvido, o pan-eslavismo estava à partida condenado ao fracasso.

Sobre os obstáculos que se ergueram no caminho do nacional-liberalismo polaco, húngaro e italiano, bastará observar que, depois de começada a contra-revolução, magiares e alemães austríacos se aliaram de novo para a preservação da dinastia e do império, uma vez que afinal estes se revelaram a melhor garantia dos seus próprios privilégios. Quanto à Polónia, e independentemente da oposição da Rússia, foi expeditamente sacrificada pelos parlamentares de Francoforte às exigências do nacionalismo alemão. E quanto à Itália, foi imolada pelos magiares para a conservação das suas posições dentro da estrutura imperial austríaca, em troca das quais prestaram auxílio militar ao esmagamento da revolta de Milão e de Veneza conduzida por Carlos Alberto, rei da Sardenha e do Piemonte.

### O nacional-liberalismo alemão

11. De todos, o caso dos liberais alemães foi o que mais eloquentemente exibiu o potencial belicoso do nacionalismo. Havia milhões de alemães fora da Confederação Germânica. Havia-os particularmente na Polónia, na Boémia e na Áustria, e seriam deixados de fora da jurisdição de um Estado que recobrisse apenas o território da Confederação. O Parlamento de Francoforte tinha, pois, diante de si a tarefa, virtualmente impossível, de dotar a nação alemã — toda a nação alemã — de um território coerente e politicamente unificado. Não tardou que se percebesse que um tal desígnio implicava a germanização dos territórios onde, existindo alemães, estes constituíam, no entanto, uma minoria. Quer dizer que cedo se percebeu que a criação de um Estado-nação alemão era susceptível de ser levada a cabo apenas pela violência, um método eminentemente iliberal e, para mais, em flagrante contradição com o princípio do nacionalismo segundo o qual os povos têm direito à autodeterminação e a viver sob a protecção de um Estado próprio. 1848 tornou claro que «a violência é o instrumento dos movimentos nacionais» (L. Namier), e que estes não dialogam nem resolvem os seus diferendos sujeitando-se democraticamente ao veredicto da urna. Para Namier, a experiência do Parlamento liberal de Francoforte demonstrou que o nacionalismo conhece apenas a linguagem da força, tendo assim antecedido o nacional-socialismo alemão deste século. Do mesmo modo que a inviabilidade do pan-eslavismo também terá antecedido a violência dos presentes conflitos nacionais na Europa Central e nos Balcãs.

Na Boémia, os checos eram a maioria; os alemães, a minoria. No entendimento do Parlamento de Francofor-

**A revolução francesa proclamou o direito de os povos sucederem na herança dos seus reis, deste modo identificando a emancipação nacional com a libertação política do povo. A nação como entidade geopolítica somou-se o autogoverno: 1789 irmanou a nação com a liberdade; o nacionalismo com o liberalismo. 1848 voltou a separar os dois termos do binómio.**

te, estes justificavam que Praga e a Boémia inteira fossem integradas num futuro Estado alemão; quanto aos checos, seriam germanizados. Este infundado optimismo deparou com a recusa dos checos de enviarem representantes seus a Francoforte, tendo pelo contrário optado, sob a liderança de Pallachi, pela adesão ao projecto de um Estado pan-eslavo. Enquanto estava reunido em Praga o congresso destinado a dá-lo à luz, rebentou na cidade uma revolta radical (13 de Junho), um eco, de resto, da segunda sublevação de Viena ocorrida em 15 de Maio de 1848. Esta obrigara o imperador e a corte a refugiar-se em Innsbruck, tendo toda a autoridade imperial virtualmente desaparecido. Foi por conta própria que o general Windischgraetz tomou a iniciativa de esmagar a revolução de Praga bombardeando a cidade em 18 de Junho. Prendeu centenas de revolucionários e dissolveu o congresso. De Berlim a Nápoles, ninguém teve dúvidas de que este acontecimento significava o começo da contra-revolução, isto é, de que se avizinhava a revogação de todas as constituições que reis e príncipes tinham concedido como expediente de sobrevivência, e de que por toda a parte se seguiria o infalível restabelecimento do poder autocrático. Os fervorosos liberais de Francoforte aplaudiram com entusiasmo a proeza de Windischgraetz e denunciaram a insurreição radical como um *complot* urdido pelos checos com o sinistro objectivo de provocar a chacina da população alemã da Boémia. Depois, não satisfeito com a acção de Windischgraetz, o Parlamento exortou publicamente os soberanos da Confederação Germânica a que intervissem militarmente na Boémia a fim de esmagar a insurreição checa e, alegadamente, salvar os alemães. Não tendo consultado ou sequer informado o imperador austríaco, a medida preconizada equivalia a uma invasão pura e simples da Áustria. Contava-se, seguidamente, obrigar os checos a eleger representantes ao Parlamento de Francoforte, onde deveriam acatar, democraticamente, a decisão de serem integrados na futura Grande Alemanha, em cujo parto emocionante eram chamados a colaborar. Do ponto de vista alemão, só provisoriamente se estava a violentar a maioria checa da Boémia: uma vez integrada na Grande Alemanha, seria apenas mais uma insignificante "nacionalidadezinha", que podia e devia ser germanizada em proveito da unificação alemã.

12. A deserção das classes médias, assustadas pelo radicalismo das massas, para o campo conservador, e o isolamento dos revolucionários confinados ao meio urbano donde provinham, foram porventura os factores que mais decisivamente determinaram o fracasso da revolução europeia de 1848, a que se chamou «Primavera dos Povos». Mas o choque entre os vários naciona-

lismos concorrentes entre si, tendo conduzido ao fracassamento da frente liberal europeia, contribuiu poderosamente para o êxito da contra-revolução. Em parte devido à oposição alemã, a independência polaca não chegou a passar de uma hipótese teórica; em Junho de 1848, a rebelião checa foi esmagada em Praga; ainda em Outubro do mesmo ano, os radicais austríacos são derrotados em Viena por Windischgraetz, agora já ajudado por Jellacic, um chefe nacionalista croata oposto à absorção da Croácia pela Hungria magiar; em Agosto de 1849, a Hungria é reduzida à obediência com o auxílio do mesmo Jellacic e com a ajuda, mais efectiva, das tropas russas; em Itália, os nacionalistas comandados por Carlos Alberto da Sardenha são derrotados com ajuda húngara em Novara, em Março de 1849 (Veneza rende-se em Agosto, e a Lombardia já tinha capitulado em Julho de 1848, depois da batalha de Custoza); na Prússia, a Assembleia Nacional é dissolvida em fins de 1848; e em Junho de 1849 as tropas prussianas dissolvem o Parlamento de Francoforte; em França, depois de esmagada a revolta radical e socialista de Junho, Napoleão III ganha as eleições em Dezembro de 1848, e em Dezembro de 1851 dá o golpe de Estado que abre o caminho ao estabelecimento do II Império; em Janeiro de 1851, Narváez abandona o poder em Espanha, após ter sufocado vários levantamentos radicais e federalistas. Para completar o quadro, cite-se Portugal, onde a derrota da revolução europeia apressou a queda de Costa Cabral e tornou possível o advento da Regeneração, em 1851.

13. O nacionalismo não apenas desuniu, em lugar de unir, a frente liberal, como eclipsou o liberalismo, com o qual andara associado desde 1789. Nesta altura, e nos anos que se seguiram, não se percebeo que tanto excepcionais as circunstâncias francesas que tinham propiciado o casamento lógico e histórico dos dois ideais. Foi apenas quando surgiu a oportunidade de as várias minorias nacionais da Europa, até então sufocadas ou neutralizadas por combinações dinásticas, se manifestarem, que o potencial agressivo do nacionalismo revelou que a violência, e não o diálogo, era a sua linguagem natural. No caso mais flagrante da revolução alemã, diz Namier que foi a vitória da reacção em 1848 que salvou a sua imerecida reputação liberal, ao impedir que os seus propósitos de dominação violenta chegassem a ser conhecidos em toda a sua extensão. «Se Hitler e os seus sócios não se tivessem cegamente deixado iludir pela lenda que os intelectuais contemporâneos, alemães e estrangeiros, teceram em torno de 1848, talvez tivessem achado muito que aprender com a assembleia de Francoforte.»<sup>1</sup>

1 1848: *The Revolution of the Intellectuals*, pp. 123-124.

#### Bibliografia principal:

- I. Berlin, *Nationalism: Past Neglect and Present Power*, in «Against the Current. Essays in the History of Ideas», Oxford, 1972. L. Namier, 1848: *The Revolution of the Intellectuals*, Londres, 1944. F. Fejtó, ed., *The Opening of an Era: 1848*, Londres, 1948. A. J. P. Taylor, *Europe, Grandeur and Decline*, Londres, 1967. E. Gellner, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, 1993. L. C. B. Seaman, *From Viena to Versailles*, Londres, 1955. E. J. Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, Lisboa, 1982 (2ª ed.).